

## Artigo 11.º

**Atribuição do apoio**

1 — Será atribuído o apoio, por deliberação da Câmara Municipal, nos casos em que os critérios do presente regulamento estejam satisfeitos, mediante proposta da comissão de avaliação.

2 — O Incentivo será atribuído no prazo máximo de dois meses após o deferimento do processo de candidatura.

## Artigo 12.º

**Pagamentos**

As participações financeiras serão pagas com base nos fundos disponíveis já apurados e respetivos compromissos, nos termos e para os efeitos constantes na Lei n.º 8/2008 de 28 de fevereiro.

## Artigo 13.º

**Decisão e Prazo de Reclamações**

1 — Todos os requerentes serão informados, por escrito, da atribuição do apoio, ou não do incentivo.

2 — Os requerentes podem reclamar, caso a proposta de decisão seja de indeferimento, no prazo de dez dias úteis após receção do ofício de decisão.

3 — As reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

4 — A reavaliação do processo e o resultado da reclamação deverá ser comunicado aos requerentes no prazo máximo de 30 dias.

## Artigo 14.º

**Perda do apoio**

1 — No mês seguinte em que se comprovar que a criança e ou a(s) pessoa(s) a quem esteja confiada a sua guarda, mudaram de residência para fora do Município.

2 — No mês seguinte em que se comprovar que a criança e ou a(s) pessoa(s) a quem esteja confiada a sua guarda, mudaram de domicílio fiscal para fora do Município.

3 — A Câmara Municipal poderá suspender de imediato o apoio desde que haja comprovativo de prestação de falsas declarações por parte dos requerentes.

**CAPÍTULO III****Direitos, deveres e obrigações**

## Artigo 15.º

**Deveres dos requerentes**

Os requerentes são obrigados ao cumprimento dos seguintes deveres:

a) Informar a Câmara Municipal caso existam alterações gerais nas condições e requisitos de atribuição do apoio;

b) Dever de reposição das importâncias mais os juros respetivos, se forem detetadas falsas declarações no seu processo de candidatura ou renovação.

## Artigo 16.º

**Obrigações da Câmara Municipal**

A Câmara Municipal está obrigada a fazer a transferência monetária do apoio mensalmente até ao último dia de cada mês, salvo situações excecionais.

## Artigo 17.º

**Direitos da Câmara Municipal**

A Câmara Municipal de Santana reserva o direito a alterar o valor do respetivo Incentivo se as condições financeiras assim o determinarem.

**CAPÍTULO IV****Disposições Finais**

## Artigo 18.º

**Casos omissos**

As situações omissas no presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal.

## Artigo 19.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da publicação no *Diário da República*.

208243316

**Aviso n.º 13211/2014****Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoio e Ação Social**

Teófilo Alírio Reis Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Santana, torna público que, em reunião extraordinária de 17 de novembro de 2014, o órgão executivo desta autarquia, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoio e Ação Social, de modo a que durante o prazo de 30 dias, contados da data de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, seja submetido à apreciação pública para recolha de sugestões, em conformidade com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Durante esse período poderão os interessados consultar o referido Projeto, no Serviço de Atendimento de Apoio ao Município da Câmara Municipal, Avenida 25 de Maio, n.º 2, 9230-116 Santana, no horário normal de expediente (9h00-17h00), nos locais de estilo das Juntas de Freguesia e no site da Autarquia [www.cm-santana.com](http://www.cm-santana.com) — Destaques — e sobre ele formularem sugestões por escrito, devendo as mesmas serem dirigidas ao Presidente da Câmara e entregues no Gabinete de Apoio à Presidência, ou enviadas por correio eletrónico [gap@cm-santana.com](mailto:gap@cm-santana.com), ou por carta registada e com aviso de receção, para aquela morada.

Para constar e produzir os devidos efeitos, publica-se o presente aviso e se afixam editais de igual teor nos lugares públicos do costume.

17 de novembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Teófilo Alírio Reis Cunha*.

**Nota justificativa**

A intervenção e apoio social no âmbito das atribuições e competências dos municípios revela-se cada vez mais essencial na política de prossecução da melhoria do bem-estar das famílias e das populações.

Em época de acrescidas dificuldades socioeconómicas, às Autarquias Locais está reservado um papel interventivo visando apoiar as famílias em todos os domínios que permitam o combate à pobreza e à exclusão social conferindo-lhes a dignidade social que as mesmas merecem.

Nestes termos torna-se necessário regular um conjunto de apoios necessários à prossecução destas finalidades.

## Artigo 1.º

**Norma habilitante**

O presente regulamento tem como normas habilitantes as alínea *h*) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

## Artigo 2.º

**Âmbito**

1 — O presente Regulamento aplica-se aos munícipes residentes na área geográfica do concelho de Santana.

2 — São titulares do direito à atribuição da prestação de serviços e outros apoios os agregados familiares que se encontrem em situação económica considerada precária.

## Artigo 3.º

**Objeto**

Constitui objeto do presente a regulamentação relativa à participação do município na atribuição de apoios no âmbito da ação social, de preferência, em cooperação com instituições de solidariedade social e ou em parceria com as entidades competentes da administração regional.

## Artigo 4.º

**Condições de atribuição**

A atribuição de apoios depende do cumprimento cumulativo das seguintes condições:

a) Residência na área do município;

- b) Situação de comprovada carência económica;
- c) Fornecimento de todos os meios legais e documentais de prova que lhes sejam solicitados, com vista ao apuramento da sua situação económica e de facto e da situação dos membros do agregado familiar;
- d) Não possuir outro tipo de apoios para o mesmo fim.

#### Artigo 5.º

##### Tipos de apoio

##### 1 — Apoio habitacional:

- a) Apoio à melhoria da habitação através da concessão de materiais e/ou mão-de-obra para obras de beneficiação e pequenas reparações, sempre que as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade;
- b) Apoio orientado noutros domínios, nomeadamente a realização de pequenas obras de beneficiação, sempre relacionados com as condições de habitabilidade, em situações excecionais, devidamente caracterizadas e justificadas.

##### 2 — Prestação de serviços:

- a) Elaboração de projetos de arquitetura e projetos de especialidades quando esta seja uma resposta adequada à situação a apoiar;
- b) Acompanhamento técnico na elaboração de projetos de melhorias/beneficiação habitacionais, bem como na execução dos mesmos.

##### 3 — Apoios económicos:

- a) Apoio complementar nas despesas de saúde em caso de doença crónica;
- b) Apoio na aquisição ou cedência temporária de ajudas técnicas no âmbito da saúde;
- c) Apoio em géneros alimentícios ou outros, em situações de grave insuficiência económica;
- d) Apoio complementar, eventual ou com carácter regular, a acompanhante de pessoa em situação de mobilidade reduzida, temporária ou permanente, quando deslocada do seu meio familiar por motivos de formação;
- e) E outro qualquer apoio no âmbito das competências da Câmara Municipal.

#### Artigo 6.º

##### Candidatura

O processo de candidatura aos apoios a conceder, deverá ser dirigido ao presidente da Câmara e ser instruído com os seguintes documentos:

##### 1 — Gerais:

- a) Formulário de candidatura a fornecer pela Câmara Municipal;
- b) Atestado passado pela junta de freguesia da área de residência, onde conste o tempo de permanência no concelho, a composição do agregado familiar, bem como informação quanto à situação económica;
- c) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do candidato.

##### 2 — Específicos:

Para cada um dos apoios em particular a Câmara Municipal solicitará os documentos que se revelem adequados na instrução do processo e da decisão.

#### Artigo 7.º

##### Comissão de inventariação e acompanhamento municipal

1 — Para a avaliação das candidaturas a Câmara Municipal constituirá uma Comissão de Inventariação e Acompanhamento Municipal, constituída por três elementos, adiante designada de CIAM, sendo que um deles é necessariamente um técnico do serviço de intervenção social da Câmara Municipal.

2 — É competência da CIAM a análise de todas as candidaturas devendo emitir parecer devidamente fundamentado sobre a caracterização socioeconómica do requerente, o estado de conservação do imóvel quando se aplique, bem como o tipo de apoio a adotar.

#### Artigo 8.º

##### Decisão

Após reunião dos elementos instrutórios e respetivo parecer elaborado pela CIAM, o processo será submetido à decisão da Câmara Municipal.

#### Artigo 9.º

##### Procedimento

No caso do apoio habitacional e para efeitos de adjudicação das obras necessárias no âmbito deste programa, a CMS promoverá a abertura de procedimentos concursais necessários.

#### Artigo 10.º

##### Fiscalização

A Câmara Municipal procederá à fiscalização de todos os apoios prestados.

#### Artigo 11.º

##### Norma revogatória

Fica revogado o Regulamento 577/2011, publicado no *Diário da República* n.º 207 da 2.ª série de 27 de outubro de 2011

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

208243284

#### Aviso n.º 13212/2014

##### Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios às Instituições de Caráter Cultural, Musical e Social do Concelho de Santana

Teófilo Alírio Reis Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Santana, torna público que, em reunião extraordinária de 17 de novembro de 2014, o órgão executivo desta autarquia, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios às Instituições de Caráter Cultural, Musical e Social do Concelho de Santana, de modo a que durante o prazo de 30 dias, contados da data de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, seja submetido à apreciação pública para recolha de sugestões, em conformidade com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Durante esse período poderão os interessados consultar o referido Projeto, no Serviço de Atendimento de Apoio ao Município da Câmara Municipal, Avenida 25 de Maio, n.º 2, 9230-116 Santana, no horário normal de expediente (9h00-17h00), nos locais de estilo das Juntas de Freguesia e no *site* da Autarquia [www.cm-santana.com](http://www.cm-santana.com) — Destaques — e sobre ele formularem sugestões por escrito, devendo as mesmas serem dirigidas ao Presidente da Câmara e entregues no Gabinete de Apoio à Presidência, ou enviadas por correio eletrónico [gap@cm-santana.com](mailto:gap@cm-santana.com), ou por carta registada e com aviso de receção, para aquela morada.

Para constar e produzir os devidos efeitos, publica-se o presente aviso e se afixam editais de igual teor nos lugares públicos do costume.

17 de novembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Teófilo Alírio Reis Cunha*.

##### Nota justificativa

Os eventos, as instituições socioculturais e musicais representam uma componente de interesse significativo no sistema de desenvolvimento sustentado das sociedades, colaborando na construção de novas realidades, engrandecendo a vivência pessoal e coletiva e desenvolvendo a democracia. Constituem-se como agentes de crescimento e elevação das comunidades locais, que potenciam a propagação da identidade cultural, a transformação social e formação ampla dos indivíduos.

Conscientes da importância destas instituições para o Município, a Câmara Municipal procura cooperar e apoiá-las através da concessão de apoios diversos. Para tal, e considerando que a atribuição desses apoios deve enquadrar-se nos recursos municipais disponíveis, emerge a necessidade de constituir um regulamento que legitime as normas e as condições da sua concessão, baseando-se em princípios de equidade e transparência.